

MONICA SPEZIA JUSTEN  
CESAR PEREIRA  
MARÇAL JUSTEN NETO  
LUCAS SPEZIA JUSTEN  
*Coordenação Geral*

UMA VISÃO HUMANISTA DO DIREITO  
HOMENAGEM AO PROFESSOR MARÇAL JUSTEN FILHO

Volume 3

**Direito Empresarial**

Coordenação temática: Isabella Moreira de Andrade Vosgerau  
e Mayara Gasparoto Tonin

**Regulação e Infraestrutura**

Coordenação temática: Rafael Wallbach Schwind

**Direito Processual e Resolução de Disputas**

Coordenação temática: Eduardo Talamini

Belo Horizonte

**FORUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO  
2025

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

#### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Márcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

## FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Revisão: Nathalia Campos  
Capa, projeto gráfico e diagramação: Walter Santos

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do *e-mail* [editoraforum.com.br](mailto:editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

U48 Uma visão humanista do direito: homenagem ao Professor Marçal Justen Filho / Monica Spezia Justen, Cesar Pereira, Marçal Justen Neto, Lucas Spezia Justen (coord). Belo Horizonte: Fórum, 2025. v. 3.

964 p. 17x24cm  
v. 3  
ISBN impresso 978-65-5518-915-5  
ISBN digital 978-65-5518-917-9

1. Direito Empresarial. 2. Regulação. 3. Infraestrutura. 4. Direito Processual. 5. Resolução de Disputas. I. Justen, Monica Spezia. II. Pereira, Cesar. III. Justen Neto, Marçal. IV. Justen, Lucas Spezia. V. Título.

CDD: 342  
CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

JUSTEN, Monica Spezia; PEREIRA, Cesar; JUSTEN NETO, Marçal; JUSTEN, Lucas Spezia (coord.). *Uma visão humanista do direito: homenagem ao Professor Marçal Justen Filho*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. v. 3. 964 p. ISBN 978-65-5518-915-5.

## SUMÁRIO

### NOTA DOS COORDENADORES

<b>MONICA SPEZIA JUSTEN, CESAR PEREIRA, MARÇAL JUSTEN NETO, LUCAS SPEZIA JUSTEN.....</b>	<b>29</b>
--	-----------

### **Direito Empresarial**

(Coordenadoras: Isabella Moreira de Andrade Vosgerau e Mayara Gasparoto Tonin)

### O ALINHAMENTO DA DISSOLUÇÃO PARCIAL DA SOCIEDADE ÀS EXIGÊNCIAS SOCIAIS DA REALIDADE BRASILEIRA

<b>ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO .....</b>	<b>35</b>
1 Introdução .....	35
2 O fio condutor do CC brasileiro do século XXI .....	36
3 O regime jurídico anterior .....	36
4 O regime jurídico instaurado com o CC de 2002 .....	38
5 O que está a ocorrer .....	39
6 A questão da preservação da empresa .....	39
7 O necessário tratamento diferenciado .....	40
8 A diversidade de interesses .....	41
9 Conclusão .....	41
Referências .....	41

### ANOTAÇÕES SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DE MARÇAL JUSTEN FILHO PARA A CONSOLIDAÇÃO DO INSTITUTO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO DIREITO BRASILEIRO

<b>CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER.....</b>	<b>43</b>
1 Apresentação.....	43
2 Introdução .....	44
3 A descon sideração da personalidade societária no Direito Societário.....	45
4 O abuso <i>abusivo</i> .....	48
5 A inexistência de uma única noção de pessoa jurídica.....	49
6 O art. 28 do CDC .....	50
7 A regra geral do art. 50 do CC.....	51
8 A descon sideração no Direito Tributário.....	53
9 Considerações finais .....	55
Referências .....	55

## INAPLICABILIDADE DO REGIME FALIMENTAR ÀS EMPRESAS ESTATAIS

<b>CLAUDIA APARECIDA DE SOUZA TRINDADE, IVO CORDEIRO PINHO TIMBÓ</b> .....	57
1 Introdução .....	57
2 Análise jurídica da primeira corrente doutrinária .....	59
3 Análise jurídica da segunda corrente doutrinária .....	62
4 Análise jurídica da terceira corrente doutrinária .....	67
5 Incompatibilidade da aplicação de institutos da Lei nº 11.101/2005 às empresas estatais.....	71
6 Inaplicabilidade do regime falimentar às empresas estatais independentemente da superação da tradicional classificação dessas entidades em prestadoras de serviço público e exploradoras de atividade econômica.....	73
7 À guisa de conclusão. submissão das empresas estatais a um regime especial público de reorganização da atuação estatal .....	75
Referências .....	77

## SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO: ANÁLISE ESTRUTURAL

<b>EDSON ISFER</b> .....	81
1 Introdução .....	81
2 O propósito específico .....	82
3 A imutabilidade do ‘propósito específico’ .....	88
4 Os sujeitos ativos .....	90
4.1 Marcos legais .....	90
4.2 Entes despersonalizados .....	91
4.3 O propósito específico e as formas societárias .....	95
5 Conclusões.....	101
Referências .....	102

## O PIONEIRISMO DE MARÇAL JUSTEN FILHO NA CONFORMAÇÃO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO DIREITO BRASILEIRO

<b>FÁBIO TOKARS, ISABELLA MOREIRA DE ANDRADE VOSGERAU</b> .....	105
1 Contexto histórico da obra de Marçal Justen Filho no estudo da desconsideração da personalidade jurídica .....	105
2 O abuso da personalidade jurídica.....	107
3 Delineamento normativo da desconsideração da personalidade jurídica.....	110
4 Considerações finais .....	112
Referências .....	113

## DIÁLOGO ENTRE A PERSPECTIVA DE MARÇAL JUSTEN FILHO SOBRE A LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA E SUA CONCRETIZAÇÃO NOS TRIBUNAIS

<b>KLEBER LUIZ ZANCHIM, BÁRBARA TEIXEIRA</b> .....	115
1 Introdução .....	115

2	Abrangência e incidência da lei .....	116
3	A concretização de princípios constitucionais pela LLE .....	118
4	Considerações finais .....	123
	Referências .....	124

## O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO NAS SOCIEDADES ANÔNIMAS E AS AÇÕES COM ATRIBUIÇÃO DE VOTO PLURAL

<b>LUIZ DANIEL HAJ MUSSI, MARIANA HOFMANN FUCKNER</b> .....	127
1 Homenagem .....	127
2 O direito de voto como poder jurídico.....	128
3 O direito individual de voto não é essencial .....	129
4 O exercício do direito de voto poderá ser desvinculado da titularidade da ação .....	129
4.1 O direito de voto nas hipóteses de usufruto.....	129
4.2 Direito de voto e penhor de ações .....	131
4.3 Direito de voto e ações alienadas fiduciariamente .....	133
4.4 Voto à distância .....	133
5 Limitação ao número de votos de cada acionista.....	135
6 Exercício do direito de voto e ações não integralizadas .....	135
7 Ações com atribuição de voto plural.....	136
7.1 Criação de ação de voto plural em companhias já existentes .....	140
7.2 Direito de retirada e prévia autorização estatutária.....	140
7.3 Fim da vigência do voto plural e condições para sua renovação .....	140
7.4 Conversão automática em ações ordinárias sem voto plural.....	141
8 Vedação legal para criação de ações com voto plural de forma indireta .....	142
9 Considerações finais .....	143
Referências .....	144

## A LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE EM FUNDOS DE INVESTIMENTO NO CÓDIGO CIVIL (CC) E NA RESOLUÇÃO CVM Nº 175/2022

<b>MARCELO VIEIRA VON ADAMEK, KAIO FERREIRA</b> .....	147
1 Introdução .....	147
2 A responsabilidade ilimitada dos cotistas no regime pretérito (Instrução CVM nº 555/2014, art. 15) .....	149
3 A limitação de responsabilidade dos cotistas no atual regime do Código Civil (CC) (com a Lei da Liberdade Econômica) .....	150
4 A limitação de responsabilidade dos cotistas na Resolução CVM nº 175/2022.....	153
4.1 Regulamento: competência e quórum .....	154
4.2 Denominação .....	156
4.3 Acordos de suprimento (aportes suplementares).....	158
4.4 Os direitos dos credores preexistentes .....	160

4.5	Patrimônio líquido negativo: plano de resolução .....	161
4.6	Patrimônio líquido negativo: pedido de declaração de insolvência .....	163
5	O regime de vinculação patrimonial dos fundos de responsabilidade limitada e as suas consequências .....	164
	Referências .....	165

## ATIVIDADE EMPRESARIAL TRANSNACIONAL: CONSEQUÊNCIAS DE SUA CRISE E A COMPREENSÃO DO UNIVERSALISMO MODIFICADO

<b>SABRINA MARIA FADEL BECUE</b> .....	169	
1	Introdução .....	169
2	Insolvência transnacional: universalismo <i>vs.</i> territorialismo .....	170
2.1	Contexto histórico da disciplina normativa da insolvência transnacional no Brasil ....	172
2.2	Insolvência transnacional: universalismo modificado .....	175
3	Conclusão .....	177
	Referências .....	178

### Regulação e Infraestrutura

(Coordenador: Rafael Wallbach Schwind)

## DA REGULAÇÃO POR COMANDO E CONTROLE À EXPERIMENTAÇÃO JURÍDICO-REGULATÓRIA: ARRANJOS COMBINATÓRIOS DE TECNOLOGIAS REGULATÓRIAS EM FACE DE PROBLEMAS PÚBLICOS COMPLEXOS, MULTIDIMENSIONAIS E DINÂMICOS DA CONTEMPORANEIDADE

<b>ALICE VORONOFF, CESAR HENRIQUE LIMA</b> .....	183	
1	Introdução .....	183
2	O ocaso da regulação via comando e controle: ineficiência e inefetividade dos arranjos regulatórios pautados única ou prioritariamente no binômio prescrição-sanção .....	184
3	A experimentação jurídico-regulatória: abertura de rotas regulatórias ao lado do comando controle voltadas à construção de modelos mais efetivos e eficientes .....	189
4	Experimentação regulatória em prol da diversificação de respostas estatais: consensualidade, economia comportamental, sanções premiais e ausência de regulação/desregulação.....	192
5	Considerações finais .....	197
	Referências .....	197

## ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO

<b>ALINE LÍCIA KLEIN</b> .....	201	
1	Introdução .....	201
2	A mutabilidade contratual.....	202
3	Alguns pontos em comum dos contratos renegociados .....	205

4	O poder-dever de renegociar .....	206
5	A influência da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) .....	207
6	A busca por soluções específicas para cada contrato renegociado .....	208
7	Causas da renegociação: contratos “em crise” .....	208
8	Natureza jurídica da decisão consensual.....	209
9	Procedimento da renegociação .....	209
10	Os limites à renegociação.....	210
11	Eventual comportamento oportunista na negociação .....	212
12	Alguns elementos de Direito Comparado.....	214
12.1	Renegociação na teoria de Guasch .....	214
12.2	As alterações substanciais dos contratos públicos no Direito europeu.....	215
13	Observações finais .....	217
	Referências .....	218

## DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO SETOR DO GÁS NATURAL: BY-PASS COMERCIAL DO SISTEMA DE SERVIÇOS LOCAIS DE GÁS CANALIZADO

**ANDRÉ MONTEIRO DO REGO, ANDREIA NOLASCO MONTEIRO DO REGO**..... 221

1	Introdução .....	221
2	Noções preliminares acerca da indústria do gás natural .....	222
2.1	Cadeia do gás .....	222
2.2	Tratamento constitucional do gás no Brasil .....	224
3	Delimitação do âmbito de atuação da união e dos estados na movimentação do gás natural.....	224
3.1	Natureza das atividades econômicas de deslocamento dutoviário de gás natural.....	227
3.2	Regime jurídico aplicável aos serviços locais de gás canalizado e ao transporte de gás por conduto .....	229
3.3	Conceitos de serviços locais de gás canalizado e de transporte de gás por conduto....	230
4	<i>By-pass</i> no setor de movimentação dutoviária de gás .....	231
5	Potenciais consequências da generalização do <i>by-pass</i> no setor do gás canalizado.....	235
	Referências .....	236

## A ABORDAGEM ESG+T E O ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE RODOVIÁRIA COMO INFRAESTRUTURA

**AUGUSTO NEVES DAL POZZO, BRUNO JOSÉ QUEIROZ CERETTA** .....

1	Introdução .....	241
2	ESG: uma nova interpretação, considerando o protagonismo da tecnologia.....	242
3	Rodovia: serviço público ou atividade de infraestrutura? .....	245
3.1	Conceito jurídico de serviço público.....	245
3.2	Conceito jurídico de infraestrutura.....	247
3.3	Identificação da atividade rodoviária como atividade de infraestrutura .....	248

4	A aplicação dos princípios ESG+T às rodovias, enquanto atividade de infraestrutura.....	249
5	Conclusão .....	250
	Referências .....	250

## OBJETO DA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO COMO ATIVIDADE PÚBLICA E SEUS EFEITOS SOBRE A MUTABILIDADE DO CONTRATO

	<b>BERNARDO STROBEL GUIMARÃES</b> .....	253
1	Prelúdio: Marçal Justen Filho existe mesmo? .....	253
2	Introdução .....	254
3	Regime de serviço público e vinculação do concessionário à natureza da atividade... 255	
4	O objeto do contrato de concessão como atividade de gestão e suas consequências sobre a mutabilidade do vínculo originário.....	258
5	Mutabilidade dos contratos de concessão: causas, limites e objetivos .....	263
6	Conclusões.....	268
	Referências .....	269

## CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ENCAMPAÇÕES IMPRÓPRIAS (E DE TODO ANTIJURÍDICAS)

	<b>BRUNO AURÉLIO, MARIA VIRGINIA N. DO A. MESQUITA NASSER</b> .....	271
1	Introdução .....	271
2	A concessão de serviço público como instituto integrador de função pública e lógica empresarial.....	272
3	O caso da Linha Amarela .....	276
4	O caso Piauí Conectado.....	278
5	Considerações finais .....	280
	Referências .....	281

## A EVOLUÇÃO DA MATRIZ DE RISCOS NOS CONTRATOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT)

	<b>CRISTINA M. WAGNER MASTROBUONO</b> .....	283
1	Introdução .....	283
2	Matriz de riscos e sua relação com o equilíbrio econômico-financeiro contrato.....	284
3	A evolução dos contratos de concessão da ANTT .....	286
3.1	Primeira rodada de concessões (1995-2000) .....	287
3.2	Segunda rodada de concessões (2007-2010).....	287
3.3	Terceira rodada de concessões (2013-2018) .....	287
3.4	Quarta rodada de concessões (2018-2022) .....	288
3.5	Quinta rodada de concessões (2023- ).....	288
4	A Matriz de riscos nos contratos da ANTT .....	289
4.1	Primeira rodada.....	289

4.2	Segunda rodada.....	289
4.3	Terceira rodada.....	290
4.4	Quarta rodada.....	291
4.5	Quinta rodada.....	293
5	Conclusão.....	297
	Referências.....	297

## NOTAS SOBRE O REGIME JURÍDICO DA CONCESSÃO DE PARQUES NACIONAIS

	<b>DANYARA TAJRA BORDA, DANIEL BORDA.....</b>	<b>299</b>
1	Homenagem ao Professor Marçal e introdução.....	299
2	Os parques nacionais.....	300
3	Contexto dos contratos de concessão de parques nacionais.....	303
4	Características do regime jurídico das concessões de parques nacionais.....	305
5	Conclusão.....	312
	Referências.....	313

## ARRENDAMENTO PORTUÁRIO: ONTEM, HOJE E AMANHÃ

	<b>DENIS AUSTIN.....</b>	<b>315</b>
1	Introdução.....	315
2	Ontem: como foi o arrendamento portuário?.....	315
2.1	Uma política pública através de contratos privados.....	315
2.2	Uma política pública através de contratos administrativos.....	316
2.3	A grande batalha dos terminais privados <i>vs.</i> arrendados, a ADPF nº 139/DF e a Lei nº 12.815/2013.....	317
3	Hoje: como é o arrendamento portuário?.....	318
3.1	A submissão ao planejamento estatal.....	318
3.2	Contratação por licitação e contratação direta.....	318
3.3	Pagamentos devidos pelo arrendatário.....	319
3.4	Remuneração dos serviços portuários.....	319
3.5	Alocação de riscos e equilíbrio econômico-financeiro.....	320
3.6	Contabilidade regulatória.....	321
3.7	Definição de escopo de investimentos e novos investimentos.....	321
3.8	Expansão e substituição de área.....	322
3.9	Operação portuária.....	323
3.10	Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO).....	323
3.11	Dragagem.....	323
3.12	Propriedade e reversão dos bens, equipamentos e instalações.....	324
3.13	Prorrogação antecipada.....	324
4	Amanhã: como será o arrendamento portuário?.....	325
4.1	Desburocratização da gestão do arrendamento portuário.....	326

4.2	Descentralização com governança e planejamento .....	326
4.3	Flexibilização do processo de contratação .....	328
5	Conclusão .....	330
	Referências .....	331

## REEQUILÍBRIO CAUTELAR NAS CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS

<b>DIOGO ALBANEZE GOMES RIBEIRO</b> .....	333	
1	Introdução .....	333
2	O direito ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.....	334
3	A correta compreensão da expressão “por sua conta e risco” contida no art. 2º da Lei de Concessões .....	336
4	A figura do reequilíbrio cautelar como instrumento de preservação do interesse da coletividade.....	340
	Referências .....	343

## ESTUDO COMPARADO SOBRE RECEITAS ACESSÓRIAS EM CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPPS)

<b>TARCILA REIS, EDUARDO JORDÃO</b> .....	345	
	Nota pessoal preliminar .....	345
1	Introdução .....	346
2	Incluir as receitas acessórias ao caso base do projeto de concessão ou parceria público-privada?.....	348
3	Determinar o compartilhamento das receitas acessórias com o poder concedente? ....	352
4	Qual modelo de governança escolher para implantação, fiscalização e transferência dos negócios que geram receitas acessórias? .....	355
5	Conclusão .....	358
	Referências .....	359

## A REGULAMENTAÇÃO DOS *DISPUTE BOARDS* NO SETOR DE TRANSPORTES TERRESTRES

<b>LUÍSA QUINTÃO, ISABELLA ROSSITO</b> .....	361	
1	Introdução .....	361
2	O contexto e o processo da regulamentação do <i>dispute board</i> pela ANTT .....	363
2.1	A evolução da disciplina legal .....	363
2.2	A experiência da ANTT que antecedeu a edição da norma.....	364
2.3	A Audiência Pública nº 06/2023 da ANTT e a subsequente regulamentação.....	365
3	As regras da Resolução ANTT nº 6.040/2024 .....	365
3.1	O grau de vinculação das decisões dos comitês .....	366
3.2	Os tipos de comitês .....	366
3.3	A composição dos comitês.....	368

3.4	Os princípios gerais aplicáveis .....	369
3.5	As regras procedimentais .....	369
3.6	Os custos.....	370
4	Os limites à utilização do <i>dispute board</i> pela ANTT .....	370
4.1	Desnecessidade de restrição além do critério de direitos patrimoniais disponíveis ....	371
4.2	A questão das matérias de “cunho estritamente jurídico” e do reequilíbrio econômico-financeiro .....	371
5	Conclusão .....	372
	Referências .....	373

## A TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR) COMO ELEMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS CONCESSÕES

<b>JACINTHO ARRUDA CÂMARA</b> .....	375	
1	Introdução .....	375
2	Particularidades do equilíbrio econômico-financeiro nas concessões.....	376
3	O papel da TIR no equilíbrio econômico-financeiro de concessões .....	379
4	Impossibilidade de alteração unilateral da TIR .....	381
5	Alteração negociada da TIR.....	384
	Referências .....	385

## A RELAÇÃO ENTRE A TEORIA ECONÔMICA E A POLÍTICA JUDICIAL ANTITRUSTE: FUNDAMENTOS E NOVOS PARADIGMAS

<b>JULIANA OLIVEIRA DOMINGUES, VERÔNICA DO NASCIMENTO MARQUES</b> .....	387	
1	Introdução .....	387
2	A teoria econômica: defesa da concorrência e o Judiciário .....	390
2.1	A Escola de Harvard e a Escola de Chicago.....	391
2.2	A origem de uma ideia: Programa Manne.....	392
3	Novos paradigmas: a superação da Doutrina Chevron.....	393
4	Considerações finais: a importância da segurança jurídica e o papel da teoria econômica.....	395
	Referências .....	396

## A NOVA DIRETRIZ DA LEI Nº 14.133/2021 PARA O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

<b>MÁRCIO PINA MARQUES, GUSTAVO ASSIS DE OLIVEIRA, LUIZ ANTÔNIO BETTIOL</b> .....	399	
1	Introdução .....	399
2	A matriz de risco nos contratos de concessão e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro .....	401
3	O modelo de licitação do setor elétrico e a previsão legal para obtenção de licenciamento ambiental prévio aos leilões .....	404

4	Os precedentes da Aneel e a negativa de reequilíbrio econômico-financeiro por eventos associados ao licenciamento ambiental .....	406
5	A Nova Lei Geral de Licitações e Contratos e a oportunidade para a evolução da jurisprudência administrativa em casos de transmissão .....	414
6	Conclusões.....	415
	Referências .....	416

**SHOCK ABSORBER, TRACTION E EQUILÍBRIO DINÂMICO DOS CONTRATOS: PELA NECESSIDADE DE MODOS ADAPTATIVOS, NÃO LINEARES E INFORMADOS POR SISTEMAS COMPLEXOS PARA O REEQUILÍBRIO CONTRATUAL**

<b>FILIPPE LÔBO GOMES, MARCOS NÓBREGA .....</b>	<b>419</b>
1 Do cenário atual .....	419
2 Dos modelos clássicos ao modelo neoclássico – das dificuldades para a revisão dos contratos em um contexto de autoengano.....	421
2.1 Modelo mecanicista de reequilíbrio econômico-financeiro.....	423
2.2 O modelo axiomático do equilíbrio de contratos.....	424
2.3 O equilíbrio nocional como um mecanismo de estabilização de expectativas.....	427
3 Propostas de revisão institucional do equilíbrio contratual - a teoria da complexidade como mecanismo de solução .....	429
3.1 Como estabilizar expectativas dos contratos de longo prazo? .....	430
4 À guisa de conclusão .....	434
Referências .....	435

**O MARCO LEGAL DAS FERROVIAS: REFLEXÕES SOBRE A LEI Nº 14.273/2021 À LUZ DOS REGIMES DE EXPLORAÇÃO POSITIVADOS – DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

<b>MÔNICA BANDEIRA DE MELLO LEFÈVRE.....</b>	<b>439</b>
1 Considerações iniciais .....	439
2 Breve histórico do setor ferroviário brasileiro.....	440
3 Exploração dos serviços de transporte ferroviário: coexistência dos regimes de direito público e privado.....	441
4 As concessões de serviços ferroviários.....	444
4.1 A aplicabilidade do regime geral das concessões de serviço público .....	444
4.2 As obrigações de investimento e a gestão da capacidade de transporte.....	444
4.3 A remuneração do concessionário .....	445
4.4 A possibilidade de devolução ou desativação de trechos.....	446
5 As autorizações ferroviárias.....	446
5.1 A flexibilidade ínsita a tal modalidade de outorga.....	447
5.2 O procedimento legalmente estabelecido para a outorga de autorizações.....	447
5.3 Os contratos de autorização enquanto “contratos de adesão” .....	448
5.4 A autonomia privada dos autorizatários.....	450

6	O cenário delineado a partir dos regimes de exploração existentes.....	450
6.1	Aspectos concorrenciais .....	451
6.2	Integração e coordenação operacional.....	454
6.3	Iniciativas voltadas à desverticalização.....	456
6.4	As questões pendentes de regulamentação .....	458
6.5	A importância da autorregulação.....	460
7	Considerações finais .....	461
	Referências .....	462

## INDENIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM SUPERESTRUTURA DA VIA PERMANENTE NAS ESTRADAS DE FERRO BRASILEIRAS

<b>RAFAEL VANZELLA</b> .....	465	
1	Introdução .....	465
2	Regulação dos investimentos em superestrutura da via permanente .....	467
3	O problema interpretativo da palavra “melhoria” .....	470
3.1	Expansão e melhoria.....	471
3.2	Melhoria e o regime das benfeitorias no direito brasileiro .....	473
4	Conclusões.....	475
	Referências .....	476

## A SECEXCONSENSO E O REGIME JURÍDICO-ECONÔMICO DE RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO

<b>RAFAEL VÉRAS DE FREITAS, JOSÉ EGÍDIO ALTOÉ JUNIOR</b> .....	477	
	O homenageado.....	477
1	Introdução .....	479
2	O regime jurídico-econômico das renegociações de contratos de concessão.....	480
3	A renegociação de contratos de concessão capitaneada pelo TCU .....	486
3.1	Das renegociações no setor elétrico.....	487
3.2	Das renegociações no setor de ferrovias.....	489
3.3	Renegociação no setor de aeroportos .....	491
3.4	Renegociação no setor de telecomunicações.....	492
4	Análise dos precedentes da SECEXConsenso .....	493
5	Conclusões.....	495
	Referências .....	496

## FORMAS HETERODOXAS DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, DEFINIÇÃO DO MECANISMO APLICÁVEL E A QUESTÃO DO TEMPO DA RECOMPOSIÇÃO

<b>RAFAEL WALLBACH SCHWIND</b> .....	499	
1	Introdução: uma justa homenagem a Marçal Justen Filho .....	499

2	A concepção de Marçal Justen Filho acerca das “formas de recomposição da equação econômico-financeira” .....	500
3	Premissas fundamentais e complexidades adicionais .....	501
3.1	Premissas para a definição da forma de reequilíbrio.....	501
3.2	Complexidades envolvidas na definição da forma de reequilíbrio .....	503
4	Mecanismos heterodoxos de recomposição da equação econômico-financeira .....	505
4.1	Prorrogação do prazo contratual.....	506
4.2	Ampliação de área de abrangência do contrato .....	507
4.3	Ampliação do objeto contratual.....	508
4.4	Redução da área ou da extensão de prestação do serviço .....	509
4.5	Redução do escopo contratual .....	510
4.6	Alteração do objeto contratual.....	511
4.7	Ampliação da liberdade no exercício de política comercial .....	513
4.8	Alteração da proporção dos resultados em atividades que geram receitas ancilares....	514
4.9	Alteração de proporção do compartilhamento de riscos.....	515
4.10	Execução de investimentos fora da área da concessão.....	515
4.11	Postergação de metas de qualidade e (ou) de universalização .....	515
4.12	Alterações de valores e de proporção de outorgas fixas ou variáveis .....	517
5	A definição do mecanismo de reequilíbrio em cada caso concreto .....	517
5.1	O entendimento tradicional.....	517
5.2	A ausência de neutralidade das medidas de reequilíbrio .....	518
5.3	A adoção de engenharias financeiras complexas.....	518
5.4	Fatores endógenos e exógenos que contemplam limites à definição do mecanismo de reequilíbrio .....	518
5.4	Os efeitos da consensualidade nas relações contratuais público-privadas .....	519
5.5	O dever de motivação .....	520
5.6	Ausência de discricionariedade absoluta na definição do mecanismo de reequilíbrio.....	520
6	O tempo no reequilíbrio econômico-financeiro .....	520
6.1	O tempo para que a medida gere efeitos práticos.....	520
6.2	A possibilidade de reequilíbrios parciais e reequilíbrios cautelares.....	521
7	Conclusões.....	522
	Referências .....	523

## A RECONFIGURAÇÃO DA REGULAÇÃO PROMOVIDA PELOS CONSELHOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE (CPS) AO MODELO DE AGÊNCIAS REGULADORAS INDEPENDENTES

<b>SILVIO GUIDI</b> .....	525
1 Introdução .....	525
2 A evolução dos modelos de Estado – do Liberal ao Regulador .....	527

3	A criação dos CPS .....	529
4	A natureza jurídica dos CPS e as problemáticas trazidas por Marçal Justen Filho .....	529
5	O caráter híbrido (ou de autorregulação imposta) da regulação promovida no âmbito dos CPS – as lições de Vital Moreira .....	531
6	Objeto e sujeitos da regulação promovida no âmbito dos CPS .....	532
7	A alteração do objeto e dos sujeitos submetidos à autorregulação dos CPS .....	533
8	A constitucionalização dos direitos fundamentais e a alteração da função dos CPS...	535
9	Aproximação da regulação promovida pelos CPS com o modelo de regulação independente por agência.....	537
	Referências .....	538

**HOMENAGEM AO LEGADO REGULATÓRIO DE MARÇAL JUSTEN FILHO:  
BREVES ANOTAÇÕES ACERCA DA ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO (AIR)**

<b>THAÍS MARÇAL</b> .....	541
1 Do homenageado.....	541
2 Da Análise de Impacto Regulatório (AIR).....	542
Referências .....	544

**AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS DE  
REGULAÇÃO ENTRE MUNICÍPIOS E AGÊNCIAS**

<b>THIAGO MARRARA</b> .....	545
1 Introdução .....	545
2 Autorização legislativa para convênios nas leis de licitações .....	546
3 Autorização legislativa para convênios na legislação de saneamento básico .....	547
4 A jurisprudência do STF e do TJSP sobre a autorização legislativa .....	549
5 Taxas de regulação e a desnecessidade da autorização legislativa .....	553
6 Considerações finais .....	554
Referências .....	555

**ASPECTOS CONCORRENCIAIS DA REGULAÇÃO DO GÁS NATURAL NO BRASIL**

<b>VINICIUS KLEIN, ISABELLA TRIEBESS</b> .....	557
1 Introdução .....	557
2 Estrutura de mercado .....	559
3 A atuação do Cade no mercado de gás natural .....	562
4 Análise crítica da atuação do Cade no mercado de gás natural e reflexões para uma agenda de longo prazo .....	566
5 Conclusão .....	570
Referências .....	571

**PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO EM FACE DE AGENTES DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA: A VISÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL)**

<b>ALINE ZAED DE AMORIM, VLÁDIA VIANA REGIS</b> .....	575
1 Introdução .....	575
2 Regime prescricional aplicável ao direito de ressarcimento da Administração Pública: Entendimento doutrinário.....	577
3 Regime prescricional aplicável ao direito de ressarcimento da Administração Pública: jurisprudência .....	579
4 Regime prescricional aplicável ao direito de ressarcimento da Administração Pública: visão da Aneel .....	582
5 A jurisprudência e o entendimento da Aneel.....	584
6 Conclusão .....	586
Referências .....	586

**Direito Processual e Resolução de Disputas**

(Coordenador: Eduardo Talamini)

**INCLUSÃO DE CLÁUSULAS ARBITRAIS EM ACORDOS CELEBRADOS COM O CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE): PRESSUPOSTOS E PERSPECTIVAS**

<b>ANA SOFIA MONTEIRO SIGNORELLI, CESAR PEREIRA</b> .....	591
1 Introdução .....	591
2 Consentimento à cláusula compromissória nos acordos do direito da concorrência... 592	
3 Hipóteses de utilização da arbitragem nos acordos do direito da concorrência .....	594
3.1 Acordos de ACCs.....	594
3.2 Termos de Compromisso de Cessação (TCCs).....	599
4 Peculiaridades envolvendo a utilização das cláusulas compromissórias como ferramenta dissuasória em cumprimento de decisões .....	604
4.1 Delimitação do objeto da disputa.....	605
4.2 Interlocução com reguladores setoriais.....	607
4.3 Peculiaridades envolvendo demandas reparatórias.....	608
5 Conclusão .....	610
Referências .....	611

**DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA NO PROCESSO ESTRUTURAL: NOVOS INSTRUMENTOS PARA UM EFETIVO CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

<b>ANTONIO DO PASSO CABRAL</b> .....	615
1 Introdução. O sistema de competências contemporâneo. Juiz natural e eficiência processual.....	615

2	Competência adequada e capacidades institucionais: de “quem decide” para “quem decide melhor”: o juiz natural como o juízo mais adequado .....	617
3	Da prática das delegações monárquicas à suposta indelegabilidade e improrrogabilidade das competências .....	618
3.1	Previsão de delegação de atos jurisdicionais na legislação brasileira e no direito estrangeiro.....	618
4	Desconstruindo os argumentos contrários à delegabilidade. Compatibilidade da delegação de competências com a Constituição.....	621
4.1	Suposta violação à separação de Poderes.....	621
4.2	O dever de prestar a jurisdição (vedação do <i>non liquet</i> ) e a suposta inalienabilidade da competência. A delegação de competência como mais uma forma de implementar o acesso à Justiça e de prestar a tutela jurisdicional eficiente.....	623
4.3	Confusão da indeclinabilidade da jurisdição com a indelegabilidade da competência .....	624
4.4	A vedação do poder de comissão decorrente do juiz natural: a delegação vista como uma comissão extraordinária.....	624
5	Delegação de competências jurisdicionais: conceito, objeto e aspectos gerais.....	625
6	Instrumento da delegação: lei ou decisão judicial .....	627
7	Supervisão jurisdicional como sucedâneo da delegação de competência.....	629
7.1	Controle sobre os atos do delegatário .....	630
7.2	Revogação ou modificação dos termos da delegação .....	632
7.3	Responsabilidade do juízo delegante.....	633
7.4	Vantagens da delegação com retenção de atividade de supervisão. A redução da coerção estatal e o incremento da função do juiz como “facilitador” .....	633
8	Delegatários .....	635
8.1	Delegação interjurisdicional de competências .....	635
8.2	Servidores públicos do próprio Judiciário .....	636
8.3	Agências reguladoras e outros órgãos do Poder Executivo .....	637
9	Conclusão. Tendências de delegação no campo dos processos estruturais.....	638
	Referências .....	639

**O NOVO DIREITO ADMINISTRATIVO. ARBITRAGEM COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ORIGEM, INSTITUCIONALIZAÇÃO E PRÁTICA. CONTRIBUIÇÕES DO PROFESSOR MARÇAL JUSTEN FILHO**

<b>ARNOLDO WALD, CLARISSA MARCONDES MACÉA .....</b>	<b>645</b>
1 O novo direito administrativo .....	645
2 A arbitragem se desenvolveu paralelamente ao novo direito administrativo. Introdução da arbitragem no direito administrativo .....	651
3 A origem da arbitragem envolvendo a Administração Pública na experiência brasileira .....	653
4 A institucionalização da arbitragem envolvendo a Administração Pública no ordenamento jurídico brasileiro .....	655

5	As contribuições do Professor Marçal Justen Filho à prática da arbitragem envolvendo a Administração Pública .....	657
6	Observações finais .....	659
	Referências .....	660

## “INTERESSE PÚBLICO”, “PERSONALIZAÇÃO” DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL E NEGÓCIOS PROCESSUAIS

<b>BRUNO GRESSLER WONTROBA</b> .....	663	
1	Introdução .....	663
2	O conceito de “interesse público” e a crítica de Marçal Justen Filho .....	663
3	A “personalização” do direito administrativo .....	665
4	O processo de “personalização” do direito processual civil.....	666
4.1	O dogma da irrelevância da vontade no processo.....	666
4.2	A “personalização” do direito processual civil.....	668
5	Os negócios processuais.....	669
5.1	O conceito e algumas generalidades.....	670
5.2	O princípio do autorregramento da vontade.....	673
5.3	A existência, a validade e a eficácia dos negócios processuais.....	674
5.4	O objeto do negócio processual .....	675
5.5	A (in)disponibilidade da tutela jurisdicional: o “versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição” (art. 190 do CPC) .....	679
6	Conclusão .....	680
	Referências .....	681

## MANDADO DE SEGURANÇA COMO “AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO”: UMA HOMENAGEM AO PROFESSOR MARÇAL JUSTEN FILHO

<b>CASSIO SCARPINELLA BUENO</b> .....	685	
1	Palavras iniciais.....	685
2	Mandado de segurança e ação condenatória.....	686
3	Mandado de segurança e compensação tributária .....	689
4	O tema em decisão recente da 1ª Seção do STJ .....	694
5	Considerações finais .....	698
	Referências .....	700

## DECIDINDO SOBRE O DIREITO PÚBLICO: O ÁRBITRO DIANTE DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO (LINDB) E NORMAS COGENTES

<b>CESAR PEREIRA</b> .....	703	
1	Introdução .....	703
1.1	Uma lenda.....	703
1.2	Teoria institucional do Direito .....	704

1.3	A revisão da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) .....	704
1.4	Crescimento da arbitragem com a Administração Pública.....	705
1.5	Círculo hermenêutico.....	705
1.6	Intuição, pré-compreensão e dados da realidade .....	705
1.7	As normas cogentes na arbitragem: limite da autonomia privada .....	706
1.8	Um passo além (ou um passo atrás).....	706
1.9	Objeto .....	707
2	Arbitragem e normas cogentes ( <i>mandatory rules</i> ) .....	707
2.1	Normas cogentes.....	707
2.2	Normas cogentes e arbitrabilidade.....	708
2.3	Arbitragem e regulação.....	709
2.4	Arbitragem e atos regulatórios .....	709
2.5	Regulação por meio da arbitragem .....	709
3	O caráter cogente dos arts. 20 e 21 da LINDB.....	712
3.1	Contexto.....	712
3.2	Equanimidade e compreensão.....	713
3.3	Enunciados do IBDA.....	713
3.4	Consequências jurídicas e administrativas .....	714
3.5	Regularização .....	717
3.6	Regularização e processo.....	722
3.7	Decisão como resultado de um processo .....	722
3.8	Regularização por meios consensuais.....	725
4	O papel do árbitro .....	726
4.1	Omissão da LINDB acerca da arbitragem.....	726
4.2	Irrelevância da redação legal: aplicação da LINDB pelo árbitro .....	727
4.3	Exemplo concreto: invalidação de caducidade.....	727
4.4	Consequências da inobservância dos arts. 20 e 21 da LINDB .....	728
4.5	Sentença arbitral imotivada.....	728
4.6	Ofensa à ordem pública .....	729
5	Síntese.....	730
6	Conclusões.....	730
	Referências .....	730

## AUTOTUTELA E “AUTOTUTELAS” À BRASILEIRA

<b>EDSON FRANCISCO ROCHA NETO.....</b>	<b>735</b>	
1	Introdução .....	735
1.1	Da autotutela ao monopólio da jurisdição .....	736
1.2	Desafios contemporâneos .....	737
1.3	Recorte da questão a ser analisada.....	738
2	A banalização do conceito de autotutela.....	738

3	Conceito crítico de autotutela.....	739
4	Análise da autotutela e das “autotutelas” à brasileira .....	740
4.1	Autoexecutoriedade das decisões administrativas .....	741
4.2	Direito de cortar raízes e ramos de árvores limítrofes que ultrapassam a extrema do prédio (art. 1.283, CC).....	741
4.3	Legítima defesa da posse e desforço imediato (art. 1.210, CC).....	741
4.4	Direito de retenção.....	742
4.5	Os direitos reais de garantia e a suposta autotutela executiva .....	743
5	A processualização das “autotutelas” .....	747
6	A ação de direito material e a Teoria do Fato Jurídico para a compreensão da autotutela .....	749
7	Conclusões.....	751
	Referências .....	752

## CONVENÇÃO ARBITRAL COMO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL: ARBITRABILIDADE OBJETIVA E “DIREITO PATRIMONIAL DISPONÍVEL”

<b>EDUARDO TALAMINI</b> .....	755
1 Viva Marçal Justen Filho! .....	755
2 Introdução .....	756
3 Disponibilidade das pretensões.....	758
3.1 Pretensões, e não “direitos” .....	758
3.2 A multiplicidade dos significados de “(in)disponibilidade” .....	759
3.3 “Indisponibilidade” como impossibilidade de abdicação do direito material .....	760
3.4 “Indisponibilidade” como impossibilidade de submissão espontânea à razão alheia... ..	761
3.5 Indisponibilidade do direito material <i>versus</i> indisponibilidade da pretensão à tutela jurisdicional estatal.....	763
4 O critério para a definição da disponibilidade relevante para a arbitrabilidade objetiva.....	764
4.1 A antiga noção do compromisso arbitral como causa extintiva ou modificativa das obrigações de direito material.....	764
4.2 O abandono da tese.....	766
5 O objeto e a eficácia processual da convenção arbitral .....	768
5.1 Ato de disposição de posições jurídico-processuais .....	768
5.2 A convenção arbitral como negócio jurídico processual .....	769
5.3 A disponibilidade da pretensão à tutela judicial como elemento relevante para a arbitrabilidade .....	771
6 O princípio geral da arbitrabilidade dos litígios do poder público .....	772
6.1 Arbitragem e processo administrativo .....	772
6.2 Manifestações doutrinárias.....	773
6.3 Irrelevância da indisponibilidade dos bens públicos.....	774

7	A confirmação das premissas estabelecidas: a limitação à arbitragem por equidade..	775
8	Patrimonialidade das pretensões .....	775
8.1	Pressuposto infraconstitucional .....	776
8.2	O conceito de patrimonialidade.....	776
8.3	Irrelevância da origem não patrimonial.....	777
8.4	Conclusão parcial: possíveis pretensões arbitráveis em litígios da Administração Pública.....	777
9	O regime de direito público e a arbitrabilidade .....	778
9.1	A irrelevância da discricionariedade.....	778
9.2	As “cláusulas exorbitantes” na relação contratual administrativa e o cabimento da arbitragem .....	781
9.3	A distinção entre o objeto do conhecimento jurisdicional e o objeto do processo.....	784
10	Conclusão .....	787
	Referências .....	788

## DESAFIOS DA AUTOCOMPOSIÇÃO COLETIVA E O PROJETO DE LEI (PL) Nº 1.641/2021 (PROJETO ADA PELLEGRINI GRINOVER)

<b>ELTON VENTURI</b> .....	793	
1	As propostas de reforma da Lei da Ação Civil Pública e a regulação dos acordos coletivos .....	793
2	A admissibilidade da autocomposição coletiva .....	794
3	O equívoco da vinculação da admissibilidade dos procedimentos resolutórios à disponibilidade dos interesses em disputa.....	796
4	Os princípios norteadores dos acordos coletivos.....	797
5	A regulação do devido processo legal da autocomposição coletiva .....	798
6	O papel do Poder Judiciário diante dos acordos coletivos .....	799
7	Critérios essenciais para a homologação judicial da autocomposição coletiva: ponderação sobre justiça, razoabilidade e adequação do acordo.....	802
8	Conclusão .....	805
	Referências .....	805

## APROVEITAMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS DA ARBITRAGEM APÓS A ANULAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL

<b>FLÁVIO LUIZ YARSHELL, RAUL LONGO ZOCAL</b> .....	807	
1	Introdução .....	807
2	Atos processuais na arbitragem.....	809
3	O árbitro na produção da prova .....	810
3.1	Contraditório.....	811
3.2	Imparcialidade.....	813
4	Fundamentos de invalidação da sentença arbitral e aproveitamento dos atos processuais da arbitragem .....	815

4.1	Atos processuais anteriores à constituição do tribunal arbitral.....	816
4.2	Atos processuais previstos no termo de arbitragem ou na ata de missão .....	817
4.3	Atos processuais da fase instrutória .....	818
5	Conclusão .....	822
	Referências .....	823

## EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE CONSECUÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

<b>GUILHERME AUGUSTO VEZARO EIRAS</b> .....	827	
1	Introdução .....	827
2	A (in)efetividade da tutela jurisdicional executiva em face da Fazenda Pública.....	828
3	O abuso das prerrogativas estatais.....	831
4	A necessidade de se interpretar e se aplicar a execução contra a Fazenda Pública como sistema garantidor dos direitos fundamentais .....	834
5	Ressalva necessária: inoponibilidade do conceito vazio de “interesse público” e o necessário respeito ao direito fundamental da efetividade da tutela executiva em face da Fazenda Pública.....	838
6	Aplicando a execução contra a Fazenda como instrumento de implementação dos direitos fundamentais – exemplos pontuais e não exaustivos .....	842
7	Conclusão .....	845
	Referências .....	846

## A JURISDIÇÃO INTERNACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO E AS ARBITRAGENS NO ESTRANGEIRO: HIPÓTESES DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

<b>GUSTAVO FERNANDES DE ANDRADE</b> .....	851	
1	Introdução .....	851
2	As atividades de apoio a processo arbitral estrangeiro .....	854
2.1	Constituição e composição do tribunal arbitral.....	855
2.2	Tutelas de urgência e produção de prova.....	858
3	A jurisdição internacional de apoio e a lei de arbitragem .....	861
3.1	Das tutelas cautelares e de urgência .....	862
3.2	Da produção de provas.....	864
3.3	Da constituição e composição do tribunal arbitral.....	865
4	Conclusões.....	867
	Referências .....	868

## AÇÃO RESCISÓRIA DE SENTENÇA COM DIFERENTES CAPÍTULOS. O ART. 975 DO CPC/2015

<b>JOAQUIM MUNHOZ DE MELLO</b> .....	871
Referências .....	877

CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO –  
TEXTO EM HOMENAGEM AO PROFESSOR MARÇAL JUSTEN FILHO

<b>LUIZ RODRIGUES WAMBIER</b> .....	879
1 Introdução .....	879
2 Processo, procedimentalização e procedimento administrativo .....	880
3 Contraditório e ampla defesa no processo administrativo .....	881
4 Considerações finais .....	884
Referências .....	884

FUNÇÃO SOCIAL DO PROCESSO E AS LIÇÕES EXTRAÍDAS DA ARGUIÇÃO DE  
DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF) Nº 828

<b>MANOEL CAETANO FERREIRA FILHO</b> .....	887
1 Introdução .....	887
2 Raízes históricas e ideológicas da função social no Brasil .....	888
3 A função social do processo e os escopos da jurisdição .....	893
4 A função social do processo e a criação das comissões de conflitos fundiários nos Tribunais: a importância da ADPF nº 828 .....	897
5 Considerações finais .....	900
Referências .....	901

MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS TRIBUTÁRIAS E  
A NECESSIDADE DE UM NOVO PARADIGMA DE INTERESSE PÚBLICO  
NO BRASIL

<b>MICHELLE PINTERICH</b> .....	903
1 Introdução .....	903
2 Algumas questões envolvendo o processo administrativo tributário .....	904
3 Novos paradigmas para a indisponibilidade do crédito público .....	905
4 A transação tributária como meio alternativo de resolução de controvérsias tributárias .....	907
5 Arbitragem no direito tributário brasileiro .....	908
6 Conclusões .....	909
Referências .....	910

CONSULTATIO ANTE SENTENTIAM E OUTROS FACTOS PROCESSUAIS  
RELEVANTES

<b>PAULA COSTA E SILVA</b> .....	913
1 Transparência na arbitragem administrativa .....	914
2 Controlo de legalidade das decisões proferidas em arbitragem administrativa .....	917
3 <i>Consultatio ante sententiam</i> : o art. 93º do CPTA e a potencial cooperação institucional entre tribunais estaduais e arbitrais .....	919

4	Em jeito de conclusão .....	925
	Referências .....	926

**MATRIZ DE RISCOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: UMA ANÁLISE DAS ARBITRAGENS ENVOLVENDO CONTRATOS DE CONCESSÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA FEDERAL**

	<b>PRISCILA CUNHA DO NASCIMENTO, RAFAEL MAGALHÃES FURTADO .....</b>	<b>929</b>
1	Introdução .....	929
2	Breve panorama dos contratos de concessão rodoviária federal.....	931
3	Riscos e contratos de PPPs .....	933
4	Procedimentos arbitrais envolvendo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).....	936
5	Análise das sentenças arbitrais envolvendo a ANTT.....	938
5.1	Caso Galvão (Processo Arbitral CCI nº 23433/2018) .....	939
5.2	Caso da Via 040 (Processo Arbitral CCI nº 23932/2018).....	939
5.3	Caso Autopista Litoral Sul – ALS (Processo Arbitral CCI nº 26437/2021).....	940
6	Conclusão .....	941
	Referências .....	942

**CADUCIDADE EM CONCESSÃO E ARBITRAGEM**

	<b>VERA MONTEIRO, JOLIVÊ ROCHA.....</b>	<b>945</b>
1	Introdução .....	945
2	Casos que confirmam a arbitrabilidade de disputas envolvendo caducidade em concessão .....	945
2.1	Caso Galvão .....	946
2.2	Caso Concebra .....	947
2.3	Caso Sagua .....	948
2.4	Caso Águas de Itu .....	950
3	Os termos que confundem o debate.....	951
4	Conclusão .....	955
	Referências .....	955

	<b>SOBRE OS AUTORES.....</b>	<b>957</b>
--	------------------------------	------------